

Capitania dos Portos de Sergipe participa de Avaliação de Emprego de Drones para apoio à fiscalização



Após a verificação da intenção pelos diversos órgãos instalados no Estado de Sergipe na utilização de aeronaves remotamente pilotadas (ARP) comerciais de pequeno porte, conhecidos popularmente como “drones”, em seus serviços de apoio e fiscalização, foi idealizada a reunião pelos diversos titulares das Organizações, de forma a compartilhar conhecimentos e dúvidas sobre a operação desse tipo de equipamento em prol da sociedade sergipana.

O Capitão dos Portos de Sergipe, Capitão de Fragata BLACK, Aviador Naval e possuidor de experiência na área de ARP, participou da reunião que ocorreu no dia 07 de fevereiro, com membros da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe (CBMSE) e do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Aracaju (DTCEA-AR) onde foi discutido a possibilidade de parcerias para a operação de drones e o emprego deste equipamento, analisando-se as peculiaridades de cada Organização, a fim de melhorar o atendimento às diversas demandas de segurança, fiscalização e apoio em Sergipe.

O encontrou abordou a atual regulamentação dos equipamentos e operadores feitas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA/FAB) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o reconhecimento das principais características dos equipamentos disponíveis no mercado, seus custos de implantação e manutenção, além das atuais restrições na sua operação, principalmente em relação aos aspectos de segurança de voo e otimização dos equipamentos.

No tocante às atividades da Autoridade Marítima, com vistas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana no mar e prevenção da poluição causada por embarcações, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) iniciou em 2018 um projeto de implantação de drones comerciais de pequeno porte para apoio às equipes de Inspeção Naval. No ano de 2014, a Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM) realizou testes com ARP de asa fixa e rotativa, de maior porte e autonomia, a bordo de navios da Marinha, visando uma obtenção futura pela Força.



O equipamento chega para incrementar o acompanhamento e monitoramento de áreas marítimas, fornecer uma visão ampla, panorâmica e atualizada da região, contribuir para a otimização do emprego das equipes de IN durante a fiscalização e na identificação de possíveis embarcações infratoras, além de também permitir a visualização, com maior precisão e menor custo, da extensão e origem dos incidentes de poluição ambiental, a partir de embarcações.

FONTE: CPSE